



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 13 DE JANEIRO DE 2011

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Alcino Pinto

**Secretário:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Ramos

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 10 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise, na especialidade, das GOP e OGE para o Ano Económico de 2011 referente ao Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

Fizeram uso da palavra, a diverso título, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos) e o Sr. Ministro das Finanças e

Cooperação Internacional (Américo Ramos), em resposta às solicitações dos Srs. Deputados António Ramos (MLSTP/PSD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Domingos Boa Morte (ADI), Ângela Viegas (MLSTP/PSD), Jorge Correia (PCD), Dionísio Fernandes Leopoldino (MLSTP/PSD) e Alexandre Guadalupe (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 10 minutos.

O Sr. **Presidente** (Alcino Pinto): — Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia. Srs. Deputados, existe quórum pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**  
**Alexandre** da Conceição **Guadalupe**  
**José** da Graça **Diogo**  
**Martinho da Trindade Domingos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe /Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

**Alcino de Barros Pinto**  
**António** Afonso **Ramos**  
**António** Sacramento **Barros**  
**Guilherme Octaviano** Viegas

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Jorge Correia**

Srs. Deputados, Srs. Ministros, vamos retomar os nossos trabalhos sobre a análise do Orçamento, na especialidade, gostaria de chamar a atenção para o Ministério que vamos apreciar agora. Vamos apreciar o Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, bem como o poder regional e local, ou seja, vamos analisar o orçamento do Ministério, o orçamento para a Região Autónoma do Príncipe e para as Autarquias dos distritos de São Tomé.

Não sei se o Sr. Ministro quer fazer alguma consideração, em jeito de introdução, não sendo o caso, Srs. Deputados têm a palavra, por favor.

Sr. Ministro, apenas um pedido de esclarecimento. Tendo em conta as dificuldades que temos habitualmente, e sobretudo no ano passado para a realização das eleições, porque a mobilização dos recursos, regra geral, é feita junto dos nossos parceiros, vejo aqui no capítulo da realização das eleições, actualização dos cadernos e o financiamento não está especificado, fala-se de outros doadores. Gostaria, apenas em jeito de informação, saber do Sr. Ministro, se há *demarches* nesse sentido e se há alguma garantia por parte dos nossos doadores para o financiamento das acções inscritas no orçamento.

Não sei se os Srs. Deputados têm outras questões. Estamos ainda no capítulo do Ministério dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados, bom dia.

Temos aqui na rubrica 1053 «Capacitação de pessoal» com uma verba de 390 milhões. Sei que ao nível das autarquias tem havido muita capacitação, mas, ao que me parece, não tem havido tanto resultado. Falo resultado na prática, para apontar um exemplo. Temos muitos problemas com as câmaras distritais, e quando digo nós, estou a falar da Direcção dos Transportes.

Aceitam tudo, tudo é aceitável, as reservas de espaço, vem tudo aceite pela câmara. Talvez seja devido à falta de visão. As pessoas vão à Direcção dos Transportes e lá é que tem estado a negar tudo.

Por exemplo, no que se refere a reserva de espaço deveria haver muita receita para as câmaras. As pessoas fazem as entradas para os seus quintais, tudo isso é cobrado, é dinheiro, mas vejo que as pessoas não sabem como atrair esses fundos.

Portanto, essa capacitação, não sei se é pouca ou se é muita, mas, na minha maneira de ver, há que reforçar a capacitação, de forma a defender outros sectores e não serem cúmplices.

Todo o pedido do BISTP é aceite, todas as pessoas que têm loja, temos volta de mais de 10 ou 15 autorizações da Câmara para reservar espaço na cidade capital.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estamos no ano da eleição presidência, não sei se no âmbito da descentralização poderei entrar já nesse capítulo.

Muitas vezes, assistimos a trocas de galhardetes entre as diversas formações políticas. O que o Governo tem a dizer sobre a preparação das eleições, sobre as condições da sua realização? E vejo aqui no orçamento um montante equivalente a 20 mil milhões de Dobras para actualização de cadernos eleitorais.

Gostaria de solicitar a Sua Excelência o Sr. Ministro da Descentralização se este montante é efectivamente realizável, tendo em conta que estamos já à beira das eleições presidenciais e o ponto da situação.

Como existiram nas eleições anteriores, situações tanto para o Governo como para outros sectores que ficaram numa situação bastante aflitiva.

A segunda questão refere-se à aquisição de mobiliários de escritórios. Destina-se a que sector? Será que é para o ministério, ou é para a Comissão Eleitoral Nacional?

Aquisição de meios rolantes, igual situação. A que sector se dirige este montante?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, é só um pedido de esclarecimento. Sabemos que este ano é eleitoral, na rubrica 2069, diz: «Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização das Eleições».

Ora, é do meu conhecimento que a nível da Diáspora ainda não se fez o recenseamento de raiz. Não sei se o valor será ou não suficiente para a realização do recenseamento de raiz na Diáspora.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Gostaria de começar a responder sobre a questão de capacitação de pessoal. Como sabem, quando entramos para o Governo já se havia realizado as eleições autárquicas. Fizemos uma visita aos distritos e constatámos que as câmaras necessitavam, em termos daquilo que pretendemos para o poder local, de capacitação do pessoal existente, naquela altura.

Foi nessa base que no âmbito de um programa de formação e capacitação de pessoal com o Programa das Nações Unidas, que solicitamos essa instituição, atendendo que estávamos no fim do ano e havia já um orçamento para essa formação, a necessidade de podermos formar alguns funcionários das autarquias e alguns eleitos das câmaras.

Essa formação foi feita no ano de 2010. Para o ano de 2011 temos outras formações programadas no âmbito do mesmo programa e também propomos no nosso orçamento um valor que permitirá o reforço daquilo que chamamos de transferência de algumas competências. Há uma necessidade de se formar as pessoas em áreas específicas daquelas competências que o Governo pretende transferir.

É nesta base que achamos que a capacitação do pessoal é muito importante nesta fase. Para o ano de 2011 vamos ter que fazer várias vezes, em várias áreas e um dos maiores problemas que constatamos nas câmaras é o da gestão administrativa e financeira, é muito má. Há uma necessidade de o Governo introduzir estruturas que possam realmente gerir aquilo que transferimos para as câmaras.

Outra questão que também constatámos nas câmaras é o problema de recrutamento e enquadramento de pessoal. Não temos pessoas que realmente possam exercer funções administrativas de forma a permitir um eficiente controlo ou execução do orçamento.

É nesta base que programámos essa formação para esse grupo de pessoas, em colaboração com o Ministério das Finanças e Cooperação Internacional. Vamos analisar aquilo que os distintos ministérios pretendem transferir este ano para as câmaras e procedermos a formação do pessoal. Este é o nosso papel no ministério e é o que vamos fazer.

O Sr. Deputado Guilherme Octaviano levantou a questão das eleições. Só queria lhe dizer que ultimamente a Assembleia Nacional revogou a lei anterior das comissões eleitorais, reduziu substancialmente o número de membros da Comissão Eleitoral, porque o elevado custo da Comissão Eleitoral residia mais na própria Comissão e não nos actos eleitorais.

Portanto, havia necessidade de introduzirmos algumas alterações nessas comissões e é nessa base que aparece para este ano de 2011 os 20 mil milhões de Dobras.

Em relação ao ano passado havia uma verba de 31 mil milhões, incluía a realização de eleições legislativas e autárquicas. Achamos que os 20 mil milhões de Dobras pode dar cobertura àquilo que se pretende fazer para as eleições presidenciais.

Em relação à realização do recenseamento na Diáspora, já temos uma proposta da Comissão Eleitoral, mas o recenseamento na Diáspora tem um problema. O Programa das Nações Unidas ficou de construir um *software* adaptado para a inscrição dos eleitores a nível da Diáspora, mas ainda não está pronto, já encetámos contactos com o PNUD, há sempre aquela garantia de que brevemente estará no País.

A Comissão Eleitoral está à espera, mas a mesma Comissão já submeteu um orçamento ao Governo e já foi encaminhado ao Ministério das Finanças e Cooperação Internacional para encontrar formas de financiamento para a realização desse recenseamento.

Estamos a tratar desse assunto e penso que não vai haver atraso em termos daquilo que está programado.

O Sr. Deputado Guilherme Octaviano também levantou a questão de aquisição de mobiliários, sabe que o meu Ministério é novo. Infelizmente, tudo que lá existia os respectivos proprietários levaram.

*Risos.*

Fiquei sem nada, portanto, há uma necessidade de equiparmos alguns gabinetes. Meios rolantes é a mesma coisa, o Ministério não tem uma viatura sequer, tenho estado a circular com a viatura do ex-Ministro do Trabalho. Tenho tido problemas, porque a Ministra dos Assuntos Sociais solicitou a devolução da viatura e há necessidade de se comprar uma viatura para o Ministro. Isto é problema de falta de meios financeiros, e isso obriga-nos nesta fase a comprar uma única viatura, mas vamos ver, a evolução do próprio Ministério também vai determinar se há necessidade de outras viaturas.

Acho que respondi às questões essenciais dos Srs. Deputados, não sei se ficou alguma coisa por responder.

Há uma questão que o Sr. Presidente levantou que gostaria que o Sr. Ministro das Finanças desse resposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, em relação a questão de fundo de financiamento, temos vários doadores que concorrem para a realização das eleições. No ano passado contámos com o apoio do Japão, de Marrocos e este ano também há continuidade. Chegará brevemente ao País a equipa da cooperação japonesa onde iremos solicitar também uma parte da verba que tem sido gerida pelo PNUD, e também há um saldo da verba disponibilizada por Marrocos no ano anterior, que eram 400 e tal mil dólares. Usou-se uma parte e há um saldo que transitou para 2011.

Portanto, sabemos muito bem que a ajuda ao processo eleitoral não se resume só a transferência de fundos, mas também a equipamentos que são ofertados por diversos doadores internacionais.

Não querendo aqui especificar todo esses doadores, eis a razão que pusemos outros doadores, a União Europeia também tem promessas de ajudar, ultimamente a CEAC também prometeu ajudas, por isso, é uma gama de doadores que sempre ajudam o nosso processo eleitoral.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Viegas.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, tivemos a experiência do ano findo, como o senhor sabe, tivemos um orçamento, exactamente assim, com outros doadores e tivemos problemas na realização, porque os doadores não financiam a grande parte das despesas, que é o que disse o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que a maior parte das despesas é com a Comissão, propriamente, as comissões distritais e nacional.

Aquilo que eles ganham é a principal despesa, é uma despesa considerada corrente e que não é financiada pelos doadores. Por exemplo, do fundo de Japão tivemos esse remanescente, exactamente, porque o fundo não financiava essa despesa e tivemos que tirar recursos do Tesouro, em alguns casos e também de outros fundos que tínhamos lá e que apesar de ser de doadores eram geridos por nós, e podíamos manusear.

É só para precaver e encontrar uma verba de Tesouro ali para isto, porque senão, depois na execução não vai ser possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, registei com agrado a explicação que foi dada por Sua Excelência o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e gostaria de repisar mesmo na questão de formação, concretamente do poder local, das câmaras.

Repiso essa questão, porque sabemos a importância que tem para os novos eleitos para que eles estejam habilitados de instrumento fundamental que é a legislação das suas funções.

No ano passado, Sr. Ministro, houve um seminário, no mês de Março, com a entidade edilícia camarária da Região de Madeira com o apoio do PNUD, promovido por uma ONG nacional que é o IDD (Instituto de Democracia e Desenvolvimento) e também com o apoio da Associação das Câmaras.

Foi um sucesso esse trabalho e houve um conjunto de documentos. Acho que se fosse necessário, haver uma verba para a reprodução desses documentos, permitiria o Sr. Ministro aquando das suas visitas ou dos encontros que tivesse com as câmaras de modo a facultar-lhes esse instrumento fundamental. Porque muitas autoridades não conhecem algumas leis, alguns documentos, alguns procedimentos, acho que seria também um processo didáctico muito importante.

As fotocópias, a reprodução desses documentos como são caríssimos, não sei até que ponto poderíamos ver como facultar a reprodução desses documentos para o poder local.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Deputado Jorge Correia estivesse cá, mas não está, geralmente não tenho por hábito falar das pessoas quando elas não estão presentes.

Em relação a essa questão do poder local, um dos problemas que infelizmente, existe até hoje é o mau relacionamento entre o poder central e o poder local.

Já há muito que temos estado a falar com a Associação das Autarquias e também a Região Autónoma do Príncipe, porque se encontram numa situação irregular neste momento, portanto, não representam o poder local. Deviam realizar o Congresso desde 25 de Outubro de 2010, de acordo com o estatuto da própria Associação. Não realizaram e isto tem dificultado o relacionamento entre a Associação e o Governo.

É verdade que existem muitos documentos produzidos e esses documentos estão na associação. Constatámos também que na Associação há um gabinete técnico que é financiado pelo Programa das Nações Unidas.

Há trabalhos que são realizados e que muitas vezes não são informados ao próprio governo. Temos um sector Descentralização que existe há muito tempo e umas das coisas que constatei quando entrei é que me parecia que a Direcção de Descentralização era um sector autónomo. Funcionava com a Associação das Autarquias e, muitas vezes, não tínhamos conhecimento da situação.

Foi nesta base que solicitei ao Programa das Nações Unidas uma listagem daquilo que se fez, daquilo que se pretende fazer, de forma a disciplinarmos o relacionamento que deve existir entre o poder local e o poder central.

É nesta base que queria responder ao Sr. Deputado, que temos essa vontade e o Sr. Deputado Jorge Correia já me havia informado de que existem muitos documentos produzidos, regulamentos, inclusive, em relação a Lei - quadro das Autarquias.

Há uma Lei - quadro das Autarquias que estabelece certas regras, mas elas têm que ser executadas através de produção de algum regulamento ao poder local. Tenho informações que esses regulamentos estão produzidos, mas só que estão na Associação.

Muitas vezes pedimos, convidamos os Presidentes das Câmaras e o Presidente da Associação para discutirmos alguns assuntos, a resposta que temos é que o Ministro não convida o Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara solicita uma audiência ao Ministro quando tem problema. O Ministro não pode convidar, não pode notificar, há uma série de questões que precisam de ser corrigidas. Neste momento temos essa dificuldade de relacionamento.

Vamos às câmaras, fazemos visitas, pedimos alguns esclarecimentos sobre alguns aspectos que encontramos no Ministério. Mesmo na passagem de pasta, o Sr. Ministro Paquete, na altura, ressaltou esse problema de relacionamento.

O Governo transfere as verbas para as câmaras e, muitas vezes, o Governo não sabe como é que essas verbas são executadas. Portanto, há uma questão em que sempre nos debruçamos muito que é a produção dos regulamentos. Há uma Lei - quadro, vamos basear-nos nela e produzir alguns regulamentos que a própria lei exige.

Mesmo na Região do Príncipe, é o mesmo problema, o Governo Regional tem o seu Estatuto Político Administrativo próprio, portanto, temos que pô-lo a funcionar. É preciso trabalharmos muito nas leis que existem sobre o poder local. Já tenho algumas propostas de alteração de algumas questões que vou submeter à Assembleia Nacional nos próximos tempos.

Há certo desfasamento daquilo que é o relacionamento entre o poder central e o poder local, é preciso melhorarmos esse relacionamento e esse é o nosso objectivo.

Outra questão é em relação a alguns serviços que funcionam a nível das câmaras. Temos serviços, que não têm suporte legal, a funcionar nas câmaras. Gente que está a prestar serviço nas câmaras, mas que em termos de legalidade não está legal. Por exemplo, vimos em Lembá polícias camarárias e solicitamos qual era a função deles, não está definido a função de polícias camarárias.

Cada um recrutou um grupo de pessoas, deu uniformes e estão lá a prestar serviço, mas sob que qualidade, ninguém sabe.

Há muitas questões que precisamos resolver e penso que este ano vamos tentar produzir alguns regulamentos, mesmo naquilo que é política de Governo de descentralização de alguns serviços para os distritos, é necessário prepararmos o poder local, mas só o Governo não o poderá fazer. Portanto, é preciso a colaboração do poder local.

Estamos à espera que a Associação realize o seu Congresso, legalize a situação e arrancamos o trabalho que estamos a prever fazer em 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional** — Sr. Presidente, era só para concordar com aquilo que fez referência a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Viegas, que a verba que se põe à disposição, muitas

vezes, não cobre determinados custos internos da Comissão Eleitoral, nomeadamente, para o pagamento de subsídios às comissões distritais, regionais e todo o processo. São valores que consideramos elevadíssimos.

Já tivemos muita discussão, desde o anterior governo, com a Comissão Eleitoral, sobre esse aspecto. São despesas que consideramos supérfluas, mas tendo em conta o carácter do processo, não temos como eliminá-las.

Porque se as eliminarmos também correremos o risco de não termos o processo feito. Por isso, o que tentamos fazer, é os fundos que são postos à nossa disposição directamente, tentamos utilizá-los para transferir para a Comissão Eleitoral, para cobrir esses custos. Aqueles que são postos através da PNUD, não poderão ser utilizados para cobrir esses custos.

Por isso, temos um bocado de cuidado em relação a isso. Como eu já disse, há uma reserva que vem de Marrocos que só utilizamos uma parte, e outra foi transferida para este ano. É esta verba que vai ficar em prevenção para custear essas despesas que os outros doadores não custeiam.

O Sr. **Presidente**: — Significa que na óptica do Sr. Ministro não se torna necessário acautelarmos com a componente Tesouro Público para esta rubrica.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Não, porque reservamos e não utilizámos toda a verba de Marrocos que foi de 400 e tal mil dólares no ano passado, utilizámos cento e tal, então, há quase 300 que se transferem para este ano.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela, enquanto conhecedora também da casa, não sei se fica tranquila com os esclarecimentos do Sr. Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — O Sr. Ministro é que tem que estar tranquilo. Ele é que terá dores de cabeça se não concretizar o que ele disse, portanto, eu só alertei.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr.<sup>a</sup> Deputada. Vamos ultrapassar esse aspecto.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, registei, com alguma satisfação, tudo o que o senhor disse, mas não explicitou uma questão suficientemente. Daí que gostaria que me esclarecesse, em termos mais concretos, aquilo que o senhor disse sobre a pretensão do Governo de transferir para as câmaras distritais algumas competências.

Estou a ver isso no âmbito daquilo que é a filosofia da descentralização, daí a existência do poder local, e uma das grandes, que eu chamo, fragilidades do nosso actual poder local, reside na conflitualidade, não nesse aspecto do bom ou mau relacionamento com o poder central, mas naquilo que eu chamaria de conflitualidade de ordem legal.

Temos, de facto, uma Lei - quadro que fixa as competências do poder local, provavelmente, essa lei carece de alguma actualização, mas ela conflitua com os poderes do Governo central em muitas áreas. E porque há esta conflitualidade, há como que dupla duplicidade de competências e o Governo central existe muito antes do poder central e este como não tem os instrumentos sobretudo coactivos, para permitir que muitas acções suas possam se concretizar, o poder central também não o transfere.

Daí que gostaria de saber, porque no âmbito daquilo que é a formação, o Sr. Ministro dizia que vamos fazer a transferência, por isso, estamos a preparar funcionários e autarcas eleitos em determinadas vertentes, mas essa transferência, para ter uma expressão real, careceria de um suporte, também orçamental.

Mas quando olhamos para o Orçamento não vemos essa transferência. Daí que eu gostaria de saber, isso para uma questão de futuro controlo da parte do Parlamento, se estamos a falar apenas do estudo ou se estamos a falar também já de concretização de transferência e se é esse aspecto, em que domínio concretamente.

Antes do Sr. Ministro, ainda há outras intervenções.

Pediríamos ao Sr. Deputado Jorge Correia que há bem pouco tempo foi Presidente da Câmara, viveu essa experiência, podia contribuir para que essas questões ficassem devidamente clarificadas, e eventualmente, o Orçamento devidamente reforçado ou melhorado neste domínio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que a explicação que o Sr. Ministro nos brindou, mostra, de certa maneira, quão é relevante o relacionamento entre o poder central e o poder local.

Digo isso numa perspectiva de desenvolvimento das actividades do próprio sector e do próprio País em si. Sabemos que a associação do poder local é uma associação e parece-me que já expirou o seu prazo de mandato. À semelhança daquilo que vimos no apoio à Ordem dos Advogados, não sei se há algum apoio também a essa associação, de modo a que ela pudesse realizar e continuar os seus trabalhos na sua área, na sua edilidade camarária.

Segunda questão, neste momento, por exemplo muitos sectores ao nível das câmaras também desenvolvem actividades de formação no exterior. Aqui não vi nada em termos dessa própria formação. O meu receio é para que não haja posteriormente aquele choque que o Sr. Ministro da Educação nos brindou na Plenária e para que mais tarde não haja problemas de sustentabilidade em termos de bolsas desses indivíduos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização**: — Sr. Presidente, é só para lhe dizer que o Ministério dos Assuntos Parlamentares e Descentralização não tem serviços para descentralizar. São os outros ministérios que procedem à descentralização dos seus serviços e o nosso papel é preparar o distrito, preparar a câmara, isto é, formar as pessoas nos domínios que cada ministério pretende transferir para o distrito. Se formos ver nos outros ministérios, vamos encontrar a descentralização de alguns serviços, portanto, no orçamento de outros ministérios.

E é nessa base que fazemos. Vamos ver, por exemplo, no caso de Ministério da Agricultura que pretende descentralizar os serviços de agricultura para os distritos. O papel do nosso ministério é preparar o poder local para receber esses serviços. É isso que fazemos, não estamos, neste momento, a descentralizar os serviços, mas pretendemos produzir os regulamentos necessários para que essa descentralização se efectue. E, além de mais, gostaria de ressaltar um problema. A necessidade que temos em poder rever essa Lei - quadro. Por exemplo, essa lei dá possibilidade a câmara de contrair empréstimo, mas não há um regulamento produzido que diz a que tipo de crédito as câmaras devem recorrer e qual é o teto? Portanto, há uma necessidade de se definir concretamente qual é o teto de empréstimo que uma câmara pode conseguir. É nessa base que estamos a trabalhar, no âmbito daquilo que é regulamento.

O nosso maior problema é adaptação dessa Lei - quadro. Há uma necessidade de proceder a revisão desta lei, porque quando se produziu a Lei - quadro das Autarquias locais, incluía a Região Autónoma do Príncipe e hoje a Região Autónoma do Príncipe tem um estatuto político administrativo próprio. Portanto, já não se enquadra dentro dessa lei.

São essas questões que estamos a avaliar e a analisar no âmbito daquilo que eu já disse, anteriormente. O Sr. Deputado Jorge Correia havia-me dito que há vários regulamentos produzidos ao nível da associação e, portanto, estamos à espera que realmente possamos efectuar essas transferências.

Primeiramente, produzir os regulamentos, porque, infelizmente, as Assembleias Distritais das Câmaras quase não funcionam e há uma necessidade das Assembleias Distritais das Câmaras também começarem a funcionar, porque há algumas competências que é própria a Assembleia tem que regulamentar e não o Governo.

Em relação ao Sr. Deputado Guilherme Octaviano, gostaria de lhe dizer que é nossa preocupação a política de formação que as câmaras têm levado ao cabo. Portanto, ao nível das câmaras temos constatado que há muita gente, muitos jovens particularmente até de menor idade. Chegamos a constatar que havia jovens com 16 anos que iam para formação profissional em Lisboa.

É uma questão polémica, mas fizemos uma visita à escola de Braga e vimos as condições que esses estudantes têm lá. Sinceramente, não queria entrar muito naquilo que é essa questão de formação através das câmaras, porque há muita questão que tem que se discutir e tem que se analisar com as próprias câmaras, para definirmos que tipo de formação realmente pretendemos fazer com as câmaras.

Muitas vezes, essas formações não beneficiam as câmaras. Muitos estudantes que vão para essas formações no exterior não são funcionários das câmaras. E temos essas dificuldades, estamos a formar jovens, por exemplo, de 16 anos que ainda não terminaram o seu ensino básico ou secundário e que vão para uma formação, por exemplo, de pedreiro.

Portanto, esses jovens chegam lá e não fazem formação de pedreiro, porque quis ir para Lisboa. No meu ponto de vista pessoal, não há benefícios. É preciso discutir com os Presidentes das Câmaras essa política. Já falámos com o Ministro da Educação para definirmos um critério que se destina realmente a seleccionar as pessoas que por ventura são beneficiadas com essas bolsas que são dadas pelas escolas das distintas Câmaras Municipais de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, esse conceito de descentralização é algo que julgo que no nosso caso concreto temos que o amadurecer profundamente, tendo em conta exiguidade territorial e a pequenez do nosso país e as muitas fragilidades que existem ao nível dos órgãos centrais.

Porque o conceito de descentralização, muitas vezes, está associado a um outro conceito que é desconcentração, e no âmbito das competências camarárias, há serviços que não são nunca descentralizados.

Não estou a ver a descentralização nos serviços no domínio financeiro como gestão orçamental no ponto de vista nacional, política cambial e política fiscal. Ontem, por exemplo, quando falámos do Ministério da Defesa, falou-se de como desconcentrar o quartel e aí não estamos a falar de descentralização.

O Sr. Ministro deu exemplo dos serviços do Ministério de Agricultura e aí põe-se, de facto, um problema. Se estamos a falar de desconcentração ou se estamos a falar descentralização, tendo em conta a questão

da entidade responsável. Se é um serviço de Ministério da Agricultura que é uma questão de maior operacionalidade da sua política de controlo estar dispersa do território ou se é responsabilidade própria do órgão camarário.

Portanto, é algo que acho que não será aqui hoje, mas que temos que o Governo central e os órgãos de poder local, bem como os órgãos do poder regional. Quando olho, por exemplo, para orçamento na componente Região Autónoma, quem olha para isso e quem não conhece a nossa realidade fica com a sensação que Príncipe é uma outra coisa.

Porque quando se olha para Orçamento vê-se que tudo está entregue ao Governo Regional. E não fica expresso no Orçamento, sei que estão algumas acções, mas não fica expressa a responsabilidade do Governo central relativamente à Região Autónoma de Príncipe.

Contrariamente aos poderes locais, aqui vê-se ainda um esforço de centralização e os poderes locais praticamente fazem acções periféricas, «marginais». E é bom que o poder local evolua um pouco no sentido de o Governo Regional - não digo com a mesma amplitude, porque são realidades de natureza política e administrativas diferenciadas -, quando falamos hoje de poder local, ainda há, sensivelmente, dois meses havia um problema aqui em Água-Grande, vi o novo Presidente da Câmara, que se escudava numa questão que, do meu ponto de vista, também é do poder local, que é a questão das sarjetas.

Mas ele dizia não, não é nossa responsabilidade. E ele tem razão, em certa medida, porque ele não tem os recursos nem tem estruturas para lidar com essa questão, porque está ainda centralizado ao nível do Ministério das Obras Públicas e que mesmo assim também tem dificuldades, porque só tem recursos e não tem outra ....., portanto, é um debate que é preciso que seja feito. Por isso é que eu perguntava ao Sr. Ministro o que é que se está a transferir?

O Sr. Deputado Jorge Correia, o homem mais autorizado aqui do que nós para falar sobre essas questões, porque foi Presidente da Câmara. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, devo começar pelo seguinte: As nossas realidades levam-nos, por vezes, a não podermos diferenciar verdadeiramente o que é que se pretende com o poder local.

Aqui, o Estado são-tomense, na personalidade do Governo, põe o poder local com se fosse uma extensão dos serviços do Governo, o que na realidade não é. Há um certo paternalismo do Governo. O Governo entende que a Câmara ou o poder local é uma criança que ainda está a gatinhar e que se tem que segurar. Enquanto não é essa realidade.

Eu não vou entrar em muitos pormenores porque senão..., o que eu pretendo, efectivamente, é que com a ajuda de todos possamos discutir esse assunto um tanto quanto desinteressadamente sem outros sentimentos, pois, há muita confusão no que é poder local e poder central.

Há dois conceitos completamente diferentes, embora, esses conceitos interligam-se, que é descentralização e desconcentração. São coisas completamente diferentes.

Descentralização é transferir do Estado para as autarquias atribuições e competências que até aí incumbiam ao poder central e que daí em diante passam a pertencer ao poder local, transferindo também simultaneamente recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para exercício dessas atribuições e competências. Este conceito o que é que quer dizer? Quer dizer que o Governo não tem que se pôr à espera de que tem que formar gente na câmara, e só depois de ter gente formada é que faz a transferência de competências. Não é verdade!

A transferência de competência faz-se com atribuições, meios e homens.

Vou dar um exemplo simples, que tem um carácter um bocado de desconcentração e de descentralização. Há uma senhora que vive em Santana, que é caso concreto. A senhora trabalha no Registo Civil, ela tem que ir lá um dia por semana para estar a fazer levantamento de questões de registo, de pessoal, etc., em Santana e outro dia em Ribeira Afonso. Mas essa senhora não tem qualquer relação com a câmara, mas é a câmara que tem que pôr tudo à disposição dela para trabalhar.

O que é que nós verificamos? Essa senhora vive lá, seria muito mais fácil para ela trabalhar e ter ligação com o Registo Civil. Devia ser o contrário. Ela devia trabalhar na Câmara e fazer o trabalho de Registo Civil e o Registo Civil, quando quisesse, passaria por lá para fazer o controlo. Temos a política de registar crianças. No dia que ela for se ao meio dia ela tiver 20 crianças para registar, ela diz que já não regista e vai-se embora.

E cremos que, por vezes, há um casal que se zangou. A mãe, depois de muita pressão, conseguiu levar aquele pai naquele dia para registar a criança, aquele pai abandonou o serviço ou fez não sei quê para ir para lá, mas aquele pai não conseguiu perfilar criança naquele dia. Será que ele voltará noutro dia?

Daí, temos uma criança sem registar, por culpa de quem? Por nossa culpa.

É neste âmbito que essa questão de poder local é um bocado complexo. Só quando, efectivamente, houver vontade política das pessoas. Porquê? Porque há uma vontade de concentrar. Porquê? Porque a prática é o Governo que faz isso, faz aquilo e faz aqueloutro, e o Governo continua a fazer.

Mas, eu até diria que a parte mais difícil não é do Governo, não é dos ministros. A parte mais difícil é dos serviços que esses ministros coordenam. Aí é que tem maior dificuldade.

Em relação à legislação. O grande problema de legislação é que ela foi feita desde 2005 e não só, e nunca foi regulamentada. As nossas legislações precisam, antes de mais, ser revistas e regulamentadas.



Depois de muita guerra, porque o Governo nunca conseguiu pôr o dinheiro à disposição das câmaras. Na minha Direcção, a Associação, conseguimos junto de PNUD encontrar meios e essas legislações foram todas revistas.

Só que estava já no fim do mandato da última legislatura, creio que essas legislações estão no Gabinete do Sr. Ministro, mas tenho as cópias de todas essas legislações feitas e organizadas, com regulamentação, de modo que possamos, paulatinamente, rever essas legislações, regulamentá-las e, em função disso, fazer transferência paulatina das competências.

Há coisas esquisitas. O Cinema Marcelo da Veiga é de quem? É da Câmara de Água-Grande. Sempre foi da câmara. O Governo sem perguntar, porque foi um período crítico, passou para a Câmara do Comércio. Mas se formos ver nos Registos e Notariados, este património pertence à câmara.

O Sr. **Presidente**: — Desde a época colonial?

O **Orador**: — É da Câmara de Água Grande. Está lá registada como da Câmara de Água-Grande.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Tem conhecimento da matéria?

O **Orador**: — Sim, era Câmara Municipal de São Tomé, seja como for. Agora, lá está a confusão. O que é a câmara?

*Risos.*

O **Orador**: — Sr. Deputado me dê resposta.

**Uma voz**: — Porque todo o bem que pertencia a Câmara Municipal de São Tomé passou para o Estado são-tomense.

O **Orador**: — Lei 77 e qualquer coisa. Sr. Deputado, desculpe-me. O senhor vai àquela lei e verá que tem uma parte final que diz «Quando as câmaras estiverem constituídas, esses patrimónios e tudo deverão voltar outra vez às suas respectivas edilidades.» Mas esse é um problema em discussão. Eu só estou a dar exemplo. Matadouro, por exemplo, pertence a quem?

**Uma voz**: — Privado.

O Sr. **Jorge Correia**: — Mas Matadouro pertencia à Câmara Distrital de Água Grande. Porque reparem, é que quando as coisas que estão nas mãos das câmaras se estiverem bem organizadas a câmara pode conseguir mobilizar meios que o Governo não consegue.

Porque a câmara pode fazer relações com suas congéneres etc., etc. Inclusive hoje, vai haver muitas dificuldades nos próximos tempos de o Governo ter determinados créditos sem que a câmara dê a sua participação. Por causa de poder local, o poder de proximidade. Daí que não é o momento de entrarmos nisso, mas o Sr. Deputado falou da pequenez do País. São Tomé e Príncipe e Madeira, vejamos quantas câmaras tem Madeira, quantas tem Açores e quantas tem São Tomé e Príncipe! Mas reparem, eu não deveria falar nisto, porque sou considerado, de certo modo, suspeito, mas quero vos ser sincero que é uma questão que no fórum próprio iremos bater, e eu não descansarei, mesmo fora, em bater até que o poder local comece, em São Tomé, a ter força.

Meus senhores, Portugal conheceu desenvolvimento quando o poder local teve força. Hoje, em Cabo Verde, o orçamento que o poder local tem, numa câmara, se calhar o nosso país não tem. Uma câmara!

Eu quero um terrenozinho para fazer um posto comunitário para a população de uma determinada zona, tenho que andar, às vezes, oito meses, dez ou um ano, atrás do Cadastro para me dar um espaço pequeno que pertence essa comunidade.

O Sr. **Presidente**: — Faltou-nos a rebeldia.

O **Orador**: — Oh meu caro amigo! Nem com a rebeldia.

Quando a gente consegue esse espaço querem que se pague 5 milhões ou 3 milhões ou não sei quanto, porque tem que se pagar o título. E o terreno é do Estado e da câmara. Digamos, porque a câmara tem que ter uma zona... deveria ser.

Agora, o que eu entendo é que muita gente fala do poder local e não tem verdadeira noção do que é o poder local e sua dimensão. Costuma-se ouvir todos os dias, não é deste Governo, mas dos outros governos precedentes que dizem: — Ah! A câmara não tem condições, porque não tem quadros. A Câmara não tem quadros, porquê? Chegaram elementos agora, e desculpem-me estar a divagar um bocado, mas é bom que as pessoas compreendam isso. Porque essas leis virão para aqui.

Quadros chegam, a gente consegue fazer com que alguns deles fiquem nas câmaras, mas as condições que são criadas, a própria organização camarária é tão frágil. Pela maneira como as coisas estão constituídas, o salário que se paga ao técnico na câmara, ele acha deveras irrisório, ele não permanece. Quando muito, ele fica lá naquilo que dizemos «*bodojá*», mas ele prefere estar aqui na cidade quando deveríamos descentralizar a população. Porque ao descentralizarmos a câmara, estamos a descentralizar também a população e fazer com que ela volte às origens.

Acho que não vamos entrar nesse pormenor. A formação de quadros, meus amigos, a formação que as câmaras dão não é formação de quadros para a câmara, o que se faz é dar bolsas aos jovens residentes desse distrito. Não é porque estamos a dar bolsas para as pessoas virem trabalhar para câmara. Não é isso.

Bom, estou a dizer nós, já não sou camarário neste momento, mas continuo, sou Presidente da Associação até dentro de dias. O funcionário camarário é uma coisa e as bolsas que se dão é uma outra coisa.

Aquelas bolsas que são dadas aos jovens menores de 18, 17, 16 anos nem são formações profissionais naquele sentido da palavra. São aquelas crianças que, muitas vezes, sabemos que na escolaridade normal não conseguiram fazer a 9.<sup>a</sup> classe ou porque chegaram na 8.<sup>a</sup> classe e pararam e estão por aí na rua. E assim a gente pega nelas, porque há bolsas desse tipo em Portugal e mandámos para lá. Alguns regressam e outros depois de fazerem isso, conseguem a equivalência e vão a outra formação profissional que lhes dá o 12.<sup>o</sup> ano e, quiçá, podem sair de lá doutores.

Agora, depende do enquadramento, do engajamento e estou de acordo que o Ministério da Educação deve, com as câmaras e não só, fazer uma programação e saber que tipo de gente é que queremos. O Sr. Ministro falou de pedreiro, que não concorda, nós temos aqui pedreiros que não sabem alisar uma parede. Porquê? Porque o pedreiro aqui, salvo o Centro Politécnico, quem é que forma pedreiros aqui em São Tomé?

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Budo-budo!

O **Orador**: — Budo-budo? É agora, não é!? Quando há elementos que saem daqui jovens com 16, 17 anos vão lá e aprendem a profissão de pedreiro, e se quiserem continuar, são capazes de vir pedreiros da primeira categoria. Nós precisamos de gente aqui!

Não podemos continuar a admitir que a CST está a ser reparada agora tem que vir portugueses para reparar a CST.

Até quando? O efeito multiplicador de dinheiro qual é, meus senhores? O efeito multiplicador de dinheiro é aquele que ganhamos e que fica lá como não sei quantos. Não. O efeito multiplicador é de fazer com que o dinheiro que entra, faça circuitos.

Quanto mais círculo o dinheiro fizer, aqui tem vários economistas, inclusive, eu e sabemos que quanto maior número de círculos fizer o dinheiro, esse é que vale o dinheiro. Não é o dinheiro aqui que chamamos *hot money* (dinheiro quente), que entrou e saiu. Esse dinheiro que entra aqui para os cambistas é dinheiro que enriquece São Tomé? É dinheiro que prejudica São Tomé! Reparem, meus senhores, não estou a mal do dinheiro dos cambistas.

*Risos.*

Acho que toda a formação é importante desde que ela seja bem enquadrada e que a gente saiba porquê que ela é feita.

Em relação a parceiro social, Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, por favor, a AARA (Associação das Autarquias e das Regiões Autónomas) é parceiro social do Governo. Como tal, aquilo que se dá a Câmara de Comércio, a Ordem dos Advogados, este parceiro também tem direito a receber ou deveria receber.

Eu, por acaso, tenho isso apontado, para perguntar porque é que a AARA não tem? Em relação a questão da Região Autónoma é uma questão que vai haver congresso electivo e depois haverá um congresso onde as coisas ficarão definidas.

Porque quando a lei foi feita em 2005, Príncipe era Região Autónoma do Príncipe. Sr. Ministro, se estivéssemos a cumprir só um bocadinho daquilo que está na lei, se calhar, a descentralização já teria existido. Mas, pronto, não se cumpre.

O grande problema é que as pessoas entendem que o País é pequeno. Quero ser sincero e não vou dizer qual é o dirigente, mas um dos altos dirigentes do meu país disse uma vez, na presença de vários estrangeiros, estavam o Henriques Rosa, o Presidente de Associação dos Municípios, um indivíduo que veio com Henriques Rosa, e mais duas ou três pessoas, creio eu estrangeiros: «— Se a gente descentralizar os serviços das câmaras o que é que os ministros fazem? Palavra da minha honra! Foi dito assim e eu fiquei..., se o conceito e o pensamento são esses, a descentralização vai ser muito difícil. Quero ser sincero quando fui a câmara, fui com a intenção, precisamente, de lutar pela descentralização.

Fez-se muita coisa. Tem que se fazer muita coisa, mas para isso, tem que haver mãos dadas entre o Governo e o poder local, porque o poder local não é adversário do Governo. Inclusive, há coisas que se o Governo transferisse para o poder local isso ajudaria bastante.

Ouçam, meus amigos, estou a fazer uma estrada pequena dentro dum distrito, porque é que isso tem que estar só no controlo do Governo central, quando a câmara está lá todos os dias e sabe como é que as obras estão? Essa coisa de transporte colectivo que está a acontecer agora é precisamente também uma das coisas de não ter intercalado verdadeiramente o poder local.

Se os motoristas de autocarros e os cobradores ao saberem que o poder local tem domínio sobre eles, não parariam o autocarro para irem beber vinho de palma, porque sabem que estão a ser vigiados.

Mas todo o poder está aqui na cidade e assim dá o que dá. Meus senhores, não entremos nisso, porque senão daria uma discussão sem fim.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado. Deixei propositadamente discorrer um pouco para permitir que os nossos horizontes sobre essa matéria se pudessem alargar um pouco mais. Voltemos depois dessa reflexão toda ao Orçamento. Srs. Deputados, propostas concretas, pedidos de esclarecimentos e dúvidas.

O **Orador**: — Sr. Presidente, não sei se já falaram aqui das verbas das câmaras. Quer dizer, num futuro, até da maneira como a coisa é feita, não é que eu esteja...

O Sr. Deputado do Príncipe não está cá, mas era bom que estivesse para ouvir o que vou dizer, para não darem interpretações erróneas. Reparem uma coisa, quando vamos ver o Governo Regional e vemos a soma do que tem o Governo Regional como orçamento, se fizermos a somatória do que têm as câmaras como orçamento.

Sim senhor, o Governo Regional tem descontinuidade, estou plenamente de acordo, mas vamos ver Príncipe com cinco a seis mil habitantes. Portanto, não estou a dizer que o valor aqui é grande. Não é isso, poderia ser até muito mais ainda, mas meus amigos equitativamente se formos trabalhar, veremos logo que aqui...! Por favor, mas é uma questão que se precisa mesmo de um espaço para discutir, analisar e se chegar à conclusão.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — O nível de investimento.

O **Orador**: — Mas, reparem, meus senhores. Não é que Príncipe tenha muito, até poderia ser o dobro ou o triplo, mas estou a falar em termos comparativos seis distritos e a Região Autónoma.

**Uma Voz**: — Em termos de população?

Em termos de população, inclusive, territorial. Veja o que é Caué, em território. Meus senhores, por favor!

Está certo, a única questão é a descontinuidade. Até percebo Príncipe. Príncipe ameaça desanexar-se, ameaça não sei quantos e é por causa disso..., bom, Príncipe até disse que qualquer dia vai buscar o seu petróleo, porque o petróleo não é nosso, está mais próximo deles (risos).

Já estive no Príncipe e ouvi pessoas a dizer que qualquer dia vão associar-se ao Gabão e sair de São Tomé. Nunca ouviram essas coisas? Pronto, esses sentimentos fazem com que Príncipe... Mas, meus amigos, por favor, nos futuros orçamentos comecem. Há uma lei que estabelece os montantes. Esses montantes que estão cá seguiram essa lei?

Vejo aqui, por exemplo, a Câmara de Água-Grande com 12 mil milhões. Este Governo e os outros sempre falavam - não quero dizer apregoavam, porque o que vejo aqui é apregoar do que falar, no bom sentido -, que Caué e Lembá eram os distritos mais pobres, mas quando se vai ver a soma - não é o problema deste Governo, estou a dizer mesmo de alguns outros governos -, porque houve um período em que para Caué não se queria dar nada, em termos de transferência de capital, por exemplo, para o programa de investimento público. Portanto, vamos ver aqui, temos Caué quatro, Lembá quatro, Lobata cinco, Água-Grande com doze e Mé-Zóchi com oito.

E há critérios próprios para a distribuição dessas verbas. Não sei se esses critérios foram tido verdadeiramente em conta ou se foi um bocado aleatório, porque tem-se dito que os distritos de Caué e de Lembá são distritos mais pobres e que precisam efectivamente ter um valor um bocado mais avultado no sentido de proporcionar um desenvolvimento mais harmonioso, evitando a assimetria que existe entre os distritos.

Gostaria de saber se, efectivamente, se se seguiu esse critério ou não. Estou a ver aqui também e por acaso está tudo Tesouro, já é muito bom. Quando chegarmos a Obras Públicas também iremos ver, porque há muita coisa aqui que eu penso que deveria estar nas câmaras ou é uma forma camuflada de pôr as coisas na câmara, mas é uma questão que quando chegarmos lá iremos ver.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu agora iria entrar nas câmaras já que o nosso colega deputado fez o aperitivo para que entrássemos nas câmaras.

Gostaria de referir que há uma câmara que tem Bombom, Trindade, Madalena como sede e vejo que é de Mé-Zóchi e vejo que em termos de orçamento está muito prejudicada. Está prejudicada porque a melhor água sai de Mé-Zóchi, porque a maior parte dos distritos fazem confrontação com Mé-Zóchi, porque produz licor e porque tem o Presidente da República.

Quer dizer que Mé-Zóchi nesses aspectos Srs. Ministros das Finanças e dos Assuntos Parlamentares, eu gostaria que desse um olhar, sou Deputado da Nação sim, mas estou a ver a questão das desigualdades. E agora, voltando tanto para o Sr. Ministro das Finanças como para o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, parece que têm raízes sólidas em Mé-Zóchi e é bom ver essa questão de Mé-Zóchi.

Era o meu apelo para verem o quantitativo, é o segundo maior populacional, é o que fornece maior mão-de-obra à capital do País e não só.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Fernandes Leopoldino.

O Sr. **Dionísio Fernandes** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos assuntos Parlamentares, Srs. Deputados, bom dia.

Faço esta intervenção no sentido de alguma penalização relativamente ao nosso distrito de Caué. Neste momento, estou a ver o OGE e reparei que, de facto, queria antes de mais dizer ao Sr. Deputado Jorge Correia que não estamos contemplados com 4,4% mais sim 3,72%, que daria 2 mil milhões e 500 milhões de Dobras.

Sr. Deputado Jorge Correia, Cantagalo continua em vantagem no que concerne ao distrito mais pobre do País, mas com maior extensão territorial. Gostaria, em primeiro lugar, que o Sr. Ministro das Finanças me explicasse que acção iria levar ao cabo com essa verba, menos mal, ao nível do nosso distrito.

Tivemos vários encontros juntamente com a Direcção da Câmara de Caué e as prioridades que temos lá no distrito e que tem afectado a população são as seguintes:

A primeira, é a construção de um liceu, isto porque os alunos saem desde as 5 horas para prepararem o programa escolar para irem às aulas. Chegam a cidade capital já cansados e no término das aulas às 12 horas sem almoçar, por vezes, os pais têm dificuldades financeiras, portanto, regressam a Angolares com uma série de dificuldades.

Muitos desses alunos não conseguem ter sucesso no seu estudo devido as condições que não permitem. Para nós as três acções são fundamentais, nomeadamente, um liceu ao nível do distrito que abarque, pelo menos, até 12.º ano.

Temos uma outra questão que é o cemitério em Caué situado na cidade de Angolares, concretamente. É único e se as pessoas puderem, caros deputados, ou mesmo o Ministério das Obras Públicas tentar enviar alguns quadros técnicos da área para fazer um levantamento daquilo, verão que aquilo não é um cemitério. Não está cercado, não tem via de acesso, as pessoas para realizarem o acto fúnebre passam imensas dificuldades em termos de deslocação e circulação também no interior para a realização de funerais.

A última questão seria o campo de futebol. Já há vinte anos que a população tem estado a lamentar essa situação, mas até o presente momento as três acções que acabei de frisar nessa verba de 2 mil milhões e 500 milhões de Dobras, embora pouca, que o Governo pudesse ver as possibilidades de, pelo menos, das três preocupações da população, que priorizasse uma dessas construções. Aos meus caros Deputados quero desejar um bom ano de êxitos profissionais e que este Orçamento assim que for aprovado que o Governo não deixe de dar acesso aos cabazes no final de Dezembro de 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, cada um está a defender o seu distrito o que é natural, mas se nós fôssemos à votação, Mé-Zóchi teria, maioritariamente, representantes!

*Risos.*

É só para divertir.

Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro se essas verbas são disponibilizadas em função dos orçamentos que são apresentados pelas câmaras. Por um lado, acredito que se as câmaras apresentaram os seus orçamentos não sei como é que o Governo dispôs essas verbas. Por outro lado, queria saber como é que o Governo fará o acompanhamento da gestão dessas verbas, porque a população também precisa de algum proveito com a sua disponibilização. São essas duas questões que gostaria de colocar ao Governo no sentido de vê-las esclarecidas.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra aos Srs. Ministros gostaria apenas de dar uma informação da leitura que faço na sequência da minha primeira intervenção. Se os Srs. Deputados estiveram atentos,

relativamente ao poder local e regional, há uma filosofia que como dizia anteriormente, quando se analisa, por exemplo, o orçamento para a Região Autónoma do Príncipe, fica-se com a sensação de que o Governo se desresponsabiliza pela Região do Príncipe, concentrando todas as grandes acções no orçamento do Governo Regional do Príncipe ou, pelo menos, no capítulo.

Porque se houvesse da parte do Governo a mesma preocupação relativamente ao poder local em que vou dar só dois exemplos.

Quando chegarmos ao Ministério das Obras Públicas vamos ver que há uma rubrica destinada a conclusão de 20 casas sociais em Malanza. É Caué. Vamos ver que há conclusão de 15 casas geminadas em Porto Alegre. É Caué. Mas essas verbas se estivessem lá no capítulo dos distritos, não haveria essa disparidade.

Quando vamos ver o Príncipe, quase tudo está concentrado no Governo Regional e aí levanta-se, de facto, um problema. O quê que é da responsabilidade do Governo Central? Porque algumas obras estão aí, talvez, por causa da descontinuidade e pelo estatuto autonómico que tem a Região, as coisas estão a ser feitas assim.

Mas isso é apenas uma observação para os próximos orçamentos, de forma a permitir que o poder local, no meu ponto de vista, eu até dizia que faltava aqui alguma rebeldia, porque o poder local tem que ser mais reivindicador, mas não o reivindicador tão passivo como parece ou como tem sido. Eu acho que o poder local tem que ser um bocado mais reivindicativo ou mais «bruto».

Porque reparem, ouvi, há dias, o Presidente da Câmara Distrital de Caué a dizer que nós impedimos a extracção de areia numa praia. Mas ele impediu porque, talvez, está distante ou porque o Governo central não está pressionado com a realização da obra. Se fosse uma coisa aqui na capital o Governo central interviria.

Mas isso tudo tem a ver com a necessidade de fixar as balizas. O poder Autárquico e Regional hoje não têm património. Pensa-se que existe, como o Sr. Deputado Jorge Correia dizia do Cinema, do Matadouro, são da câmara. Portanto, há essa necessidade, por isso mesmo, temos aqui essas transferências para despesas as correntes e de capital.

Se formos perguntar aos Srs. Presidentes das câmaras se é isso que querem, vão logicamente dizer que não. O que é que temos que fazer nessas circunstâncias? É possível transferir? É possível reforçar? Vamos ouvir o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, acho que, por exemplo, a Estrada Nacional que sai da cidade capital para Porto Alegre não tem nada a ver com a câmara. Aí, o Governo assume na totalidade. Uma estradazita que liga uma zona de Mé-Zóchi, por exemplo, a estrada que liga Folha - Fede a S. Fenícia. Essa estrada podia estar inscrita no orçamento da Câmara. O Governo continuaria a ter o seu papel fiscalizador, etc., etc., mas quando fosse o lançamento do caderno de encargos, a Câmara deveria ter também a participação. Porquê? Porque enquanto o controlo do Governo é feito periodicamente, o controlo da Câmara pode ser feito todos os dias, se necessário.

Há um vereador que vai lá e vê que a coisa está mal e vai imediatamente para as Obras Públicas ou para o SENAE e informa-se sobre as condições em que a estrada está a ser feita. Vou dar um exemplo simples, Sr. presidente e Srs. Ministros. Se uma câmara quiser areia para a construção do seu próprio edifício e se a capitania não autorizar ela não pode tocar na areia. No entanto, a areia está dentro da sua jurisdição. Porém, se um elemento daqui do exército quiser, ele põe a farda e sem qualquer autorização vai com camião e tira a quantidade de tonelada de areia que ele quiser e a câmara está lá a ver. Por isso, aquilo que disse é certo. O barro de Uba-Budo, quem vende aquele barro é a Direcção dos Recursos Naturais.

Meu caro amigo já se fez rebeldia? O senhor não tem conhecimento de rebeldia que a gente já fez. Muitas vezes, durante o tempo em que fui presidente da Câmara era visto como agressivo, principalmente, por causa disso. A Câmara pede a um seu parceiro no exterior, no quadro de relações de germinação e implanta a água como fiz em Cantagalo.

Quem cobra a água, quem manda em toda essa coisa é a EMAE e a câmara tem que pagar tal e qual como os outros pagam. Mas é a câmara que foi angariar, discutir e fazer não sei quantos. São coisas que acho que tem que se sentar e balizar.

A energia pode ser do Estado, do Governo ou da EMAE. A água devia ser da Câmara! Em toda parte é assim! Acho que nesta Legislatura iremos tentar ver se conseguimos dar as mãos para facilitar a governação central.

O Sr. **Presidente**: — Estamos convencidos que fizemos já um amplo debate sobre isso. O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares tomou uma boa nota disso. Estou convencido de que o Sr. Ministro, para além da discussão do Orçamento e enquanto responsável do Governo que tutela o poder local, ao longo do ano, irá promover acções conjuntamente com o poder local, no sentido de que possamos discutir e melhorar as relações e desempenho dos dois órgãos, quer do Governo Central quer do Governo Regional e Autárquico.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — O senhor sairia como o melhor Ministro da Descentralização. Pode ter a certeza disso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, respondendo algumas questões que foram aqui levantadas, em primeiro lugar, gostaria de dizer que as verbas aqui atribuídas às câmaras dizem respeito à proposta das próprias câmaras. A parte corrente é transferida para o funcionamento da própria câmara e a de capital para pequenas intervenções que ela faz. Isso não diz respeito aos grandes projectos que são feitos. Portanto, há pequenos acertos, mesmo através de jardins, de água, pequenas estradas nas comunidades, etc., etc.

Essa transferência de capital é para atender esses pedidos e reforçar, mais uma vez, que representa as propostas enviadas pelas câmaras. Ainda temos a acrescentar que na Câmara de Mé-Zóchi acrescentámos mais um certo montante.

Como disse e disse bem o Sr. Presidente, se formos passar por alguns orçamentos sectoriais, vamos ver algumas acções referentes às câmaras que não estão inscritas nelas, mas estão nos referidos ministérios. Estamos a falar de casas sociais em Caué, podíamos falar também da conclusão das casas sociais em Mé-Zóchi e outros distritos, com certeza.

Se formos ver o projecto «mudanças climáticas» que tem grande elemento em Lobata, segurança alimentar tem no Príncipe e muitos outros projectos que não estão aqui evidenciados, mas são abrangentes naquelas zonas. Em relação ao Caué há três aspectos que foram levantados pelo Sr. Deputado Dionísio Fernandes. A construção de liceu é uma obra que já vinha inscrita há algum tempo a esta parte no Orçamento, com o financiamento da Líbia e fizemos algumas investigações em relação a isso e chegamos à conclusão de que não houve nenhuma *démarche* no sentido de fazer o desbloqueamento dessa verba, ou seja, para que a Líbia desbloqueasse esse montante, no âmbito da cooperação.

Eis a razão que decidimos retirar isso do Orçamento e na impossibilidade de levar a cabo neste ano já alguma acção que tendesse para a realização dessa obra neste ano, retiramos, mas estamos conscientes de que há necessidade de darmos início ao processo de construção do liceu em Caué. Este ano vamos concluir o processo de construção do liceu da Trindade, após isso passaremos à construção do liceu em Caué.

Em relação à questão do cemitério e do campo de futebol, tomámos boa referência disso, aliás, depois da elaboração do Orçamento é que tomamos conhecimento, porque é uma questão que já se vinha levantando há muito tempo e que a câmara com os seus recursos disponíveis não conseguiu dar atenção, então o Governo decidiu que para a estrada de Uba-Flor a Trindade há uma verba inscrita nos encargos gerais que são acções de urgências, calamidades, etc., etc., vamos fazer intervenção nessas pequenas questões que apareceram depois de termos já o Orçamento elaborado.

**Uma Voz**: — O que pode acontecer?

O **Orador**: — Vamos fazer pequenas intervenções no cercado do cemitério e via de acesso e campo de futebol.

Acho que é mais ou menos tudo que foi aqui levantado e não sei se há alguma questão que não respondi e que diz respeito às câmaras, se for o caso, pediria aos Srs. Deputados que voltassem a levantá-la e eu me disponibilizaria a responder.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Fernandes.

O Sr. **Dionísio Fernandes** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Sr. Ministro pelo esclarecimento. Gostaria que pudesse pedir uma pequena alteração, no sentido de estar plasmado a questão de cemitério, que é de emergência, conforme disse o Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sim, estou de acordo, mas há uma questão, não temos o orçamento. Não sabemos que montante temos que afectar neste momento. Se soubéssemos o valor exacto, poderíamos retirá-lo do encargo geral e afectá-lo para esta acção. Se o Sr. Deputado tem alguma informação sobre o valor exacto necessário para estas duas intervenções, podíamos ver como é que iríamos afectá-lo dentro do Orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Fernandes.

O Sr. **Dionísio Fernandes** (MLSTP/PSD): — Eu depois farei alguns expedientes junto ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de ver ainda hoje ou amanhã, possivelmente.

O Sr. **Presidente**: — O que eu iria sugerir aos Srs. Deputados era que tomássemos como nota, não obstante as diligências que o Sr. Deputado Dionísio Fernandes fará junto das entidades camarárias de Caué, mas ficaríamos com uma recomendação ou uma nota de que relativamente às questões relacionadas com o cercado do cemitério de Caué, o campo de futebol bem como a estrada de Uba-Flor, essas actividades seriam atendidas no quadro do capítulo «Encargos gerais do Estado», tendo em conta que essas preocupações surgiram após o fecho da elaboração do OGE.

Todavia, caso houvesse, como o Sr. Deputado comprometeu-se em fazer consultas junto das entidades camarárias, e já agora, tornávamos extensivo isso aos Srs. Deputados de Mé-Zóchi, relativamente a estrada de Uba-Flor, caso tivessem indicativos dos valores que pudessem trazer amanhã para fazermos os acertos.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Viegas.

A Sr.<sup>a</sup>. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Eu só queria precisar uma coisa. Se entendi o que disse o Sr. Ministro das Finanças e depois o que disse o Sr. Deputado.

O Sr. Ministro disse que se podia alocar alguma verba de encargos gerais para a realização da tal obra de Caué se tivesse o valor. E o Sr. Deputado disse que daria o valor. Portanto, penso que o compromisso seria de quando trouxesse o valor, claro que a baliza tem que ser estabelecida. Quando viesse o valor que ele prometeu trazer, no máximo, até amanhã, que se fizesse esse ajuste no Orçamento. Porque o Orçamento, afinal, ainda está a ser discutido. É relativo às obras de Caué. É isso que eu entendi que o Sr. Ministro disse e se não entendi bem, por favor corrijam-me.

O Sr. **Presidente**: — Sem fechar a hipótese, se o Sr. Deputado trazer-nos o valor amanhã para fazermos a actualização, estamos a deixar como uma recomendação que essas obras, independentemente dos valores que vierem a ser apresentados para fazermos os acertos, elas serão atendidas no capítulo «Encargos gerais».

Caso tivéssemos propostas concretas, nós então, fixaríamos os valores para essas três obras: cercado do cemitério de Caué, campo de futebol de Angolares e estrada de Uba-Flor. Por isso é que eu dizia aos Srs. Deputados de Caué e de Mé-Zóchi que fizessem consultas junto das entidades camarárias para saberem se eles têm valores ou propostas de valores que possam ser encaixados ainda no quadro da rubrica «Encargos gerais». Estão de acordos?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia, para uma intervenção rápida.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, devo dizer que não estou de acordo. Como tudo vai ficar registado nós iremos saber. Porque não é hábito o Ministério das Finanças ou a Direcção das Finanças e o seu respectivo Ministro pedir às câmaras os orçamentos antes de apresentar o OGE.

O Ministério, através de Direcção das Finanças distribui um montante global e desse montante, de acordo com a lei existente, faz a distribuição. Tanto é que os orçamentos das câmaras só serão feitos depois de conhecer minimamente esse valor é que o Orçamento é delineado para apresentar à Assembleia distrital. No entanto, de acordo com a prática que temos vindo a seguir, nunca Lembá teve menos valor do que, por exemplo, Lobata e Cantagalo. Não estou a dizer que os valores aqui sejam grandes, mas Lembá pelo facto ter lá indústria, ter não sei o quê e há uma série de critérios que levam a esse cálculo, o valor que Lembá tem aqui é de 4 mil milhões, Lobata tem 5 mil milhões e Cantagalo tem 5 mil milhões. Não quer com isso dizer que 5 mil milhões são bastantes. Não é isso! Mas, de acordo com a legislação em vigor, Lembá nunca tem valor inferior a Lobata e Água-Grande.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado está a referir-se a que legislação?

O **Orador**: — À Legislação que existe neste momento que as Finanças tem para fazer aquela distribuição do «bolo».

Sr. Presidente, a prática é: existe um «bolo» que Finanças predispõe e diz que é na base das receitas cobradas e que nunca também demonstra. Já no ano passado aqui a Sr.<sup>a</sup> Ministra...

A Sr.<sup>a</sup> **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Eu já não sou ministra. Põe-me no chão!

O **Orador**: — Não. A Sr.<sup>a</sup>. Deputada, como ex-Ministra, sabe como é que foi bater e o Sr. Director também sabe isso. Porque aqui Sr. Presidente disse que a gente..., não é bem verdade, mas pronto, nós vamos até o limite que podemos. E, de acordo com aquela lei, há um padrão. Esse padrão é que é distribuído pelos distritos e nunca de acordo com a lei. Feitas as contas, Lembá pode ter inferior a Cantagalo e Lobata. Por isso, há qualquer coisa aí que não deve estar correcto.

O Sr. **Presidente**: — Não sei a que lei se refere, por isso é que estou a pedir ao Sr. Ministro que pudesse ajudar-nos, mesmo por uma questão de daqui para o futuro tomarmos conta dessa lei. À que lei se refere Sr. Ministro?

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Eu não tenho em mente o número nem a lei, mas sei que há num dispositivo legal um método de cálculo de atribuição das verbas. Acho que é qualquer coisa aqui da Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia**: — Não é das Finanças Locais. É uma outra lei que diz: «Dimensão territorial, número de população ou número de fábrica que tem, uma série de componentes que levam a fazer esse cálculo. E nunca em qualquer orçamento que eu tenha visto, Lembá tem menos valor que Lobata e Cantagalo.

O Sr. **Presidente**: — Os orçamentos devem estar virados para as pessoas. Num critério forte, vai ser a população e Lobata que neste momento é o terceiro distrito mais populoso. Pronto, é um alerta que o Sr. Deputado Jorge Correia, conhecedor dessa norma, levanta.

O Sr. Ministro tem a palavra para os devidos esclarecimentos.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Como eu vinha dizendo, é um diploma que estabelece as regras de cálculo das verbas a serem atribuídas às câmaras, tem um conjunto de elementos que são recolhidos através de receitas, etc., etc..

Com o Sr. Deputado, nós uma vez fizemos uma tentativa de aplicação disso, e vimos nitidamente que o valor que era atribuído às câmaras era superior à introdução nessa fórmula, e a Sr.<sup>a</sup>. Deputada Ângela pode confirmar isso -

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup>. Deputada já disse: - *Deixem-me no chão! Peguem o Sr. Ministro!*

*Risos.*

Não, é só para dizer que realmente existe esta lei, este instrumento e nós podemos voltar a esse instrumento quando for necessário e aplicá-lo rigorosamente. Mas há alguns elementos que são difíceis a esses cálculos.

Têm função de receitas cobradas, números de população, extensão, número de indústria e uma série de coisas que são coisas que dificilmente a gente consegue avaliar aqui com o estado das coisas que existem.

Mas, eu queria assegurar aos Srs. Deputados que o valor que está cá, optámos tomar a base do ano anterior e pedimos às câmaras que nos fornecessem quais são as necessidades para os anos seguintes. E as câmaras nos forneceram e colocamos aqui.

Podemos trazer os documentos amanhã e mostrar os pedidos. A outra coisa é que no caso de Lembá retirámos uma verba que já estava lá e passamos para central. Podemos voltar a pôr, e a questão de assoreamento dos leitos dos rios. Normalmente, essas verbas vinham inscritas no orçamento de Lembá. Está no ano anterior e posso mostrar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Mas não é por causa disso!

Sr. Ministro, desculpe! Com todo o respeito, aquele valor que o senhor diz que foi atribuído e que se fôssemos legalmente seguidos as câmaras receberiam menos, não é bem verdade. Porque o que está em causa é ter a certeza do montante efectivamente cobrado no ano anterior que os senhores nunca verdadeiramente o mostram.

Este é que é o grande problema. Se as câmaras tivessem realmente a certeza de quanto é que se cobrou!? Seria na base dessas cobranças e de tudo isso é que as câmaras teriam uma percentagem bastante razoável.

Só que quando se chega a essa fase, por exemplo, no ano passado que o Sr. Director saiu e a Sr.<sup>a</sup>. ex - Ministra actualmente Sr.<sup>a</sup>. Deputada também, o elenco fica e nós continuamos a discutir, e depois vêm com uma só voz dizendo o que cobramos no ano passado é isto. Então, é na base disso é que a gente vai fazer.

Ah! Não é bem isso! O que estou a dizer apenas é que ao fazermos isso, temos que ter em conta que não é a questão de desassoreamento do rio Lembá, porque senão, nesse caso, Cantagalo também tem problema de desassoreamento do rio de Ribeira Afonso. Estará aqui?

O Sr. **Ministro das Finanças**: — Não. Também não está!

O **Orador**: — Então se estiver aqui o critério tem que ser o mesmo. Mas a verdade é que Lembá em relação à Cantagalo e Lobata sempre teve um teto superior e é uma coisa que a explicação era em função dos itens que ofereciam.



O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. <sup>a</sup>. Deputada Ângela Viegas.

A Sr. <sup>a</sup>. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho que defender a minha honra já que tenho o privilégio de ser ex-Ministra e Deputada.

De facto, as contas que fizemos são verídicas e eu tinha que pedir ao Sr. Director para ir buscar os números, quem não tinha era a Mesa. Obviamente, ele tinha que sair para ir buscar os números e trouxe e, de facto, as contas feitas, estou a defender o orçamento de 2010, de facto, o que demos às câmaras é superior ao que aquela lei dizia ou diz.

Isso não quer dizer que o que a Câmara de Lembá tem, é o que deve ter, não é nada disso. Estou, simplesmente, a justificar aquilo. Acho que é um dos aspectos que este Governo devia pegar a sério, que é a questão das Autarquias Locais e Regional, no que concerne à questão de finanças. A lei das finanças que temos, SAFE, a incompatibilidade com a lei das finanças locais, mesmo com alguns aspectos do Estatuto da Região, que foi também adoptado ultimamente, é preciso fazer essa harmonização.

É uma questão séria e que penso que não deve ser de um grupo parlamentar, mas sim nacional, que tem a ver com todos. Porque, muitas vezes, no calor do populismo ou de conseguir angariar os votos tomam-se decisões que depois o País não tem condições de cumprir.

Sr. Presidente, a minha intervenção não engaja nenhum grupo parlamentar, estou a falar enquanto cidadã nacional, que entende o que são as finanças deste país, penso que temos instituições a mais em relação aos recursos existentes.

Devemos, sim descentralizar, desconcentrar e fazer tudo isso. Se 100 000 e isso constrói uma casa e se dividirmos por 10 sectores nenhum constrói casa. Também tem que estar bem claro, penso que temos que deixar essa coisa de dizer que tal região não terá votos e centrarmos no que é real, com poucos recursos que o nosso país tem, sem cada partido estar aí a prometer fazer mundos e fundos, que sabe que não pode fazer e depois não pode cumprir. Criar instituições que tem sua razão de reclamar, mas não há para dar. É isso que é preciso tomarmos a consciência e agendarmos para discutir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer um acréscimo muito rapidamente com a sua permissão.

Sr. <sup>a</sup>. Deputada, não sei a que instituições se refere, pode não ser instituição do poder local, mas há aspectos que se houvesse descentralização e um bom trabalho, poderia trazer até para o cofre do Estado muito mais dinheiro do que traz hoje.

Vamos ver a questão de colecta de casas. Quantas casas é que realmente as Finanças consegue colectar? Se a colecta de casas fosse feita com a verdadeira colaboração dos distritos, provavelmente, a receita do Estado seria muito maior. Há outras e outras coisas que o dinheiro passa de uma forma transversal e vai para a algibeira de A ou de B, ou não se cobra, mas estando o poder local à altura de o fazer, poderíamos, efectivamente, arrecadar alguns meios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr.<sup>a</sup>. Deputada Ângela Viegas.

A Sr.<sup>a</sup>. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, permita-me sobre essa questão, por exemplo, de imposto predial urbano. É uma das coisas que enquanto estive no Governo, já estávamos a pensar como entregar às câmaras.

Isso, praticamente, dá mais gasto do que aquilo que se cobra. Se o Sr. Deputado pensa que isso vai trazer alguma receita para Câmara desengane-se completamente. Portanto, posso lhe dizer que, de certeza, como não se cobra 100% a imposto nenhum, por mais que se faça, mas as imposições recaem-se sobre casas aqui no distrito de Água – Grande, onde tem casas mais taxáveis, nos outros distritos não são tantas assim, são pequenas casas de madeira que mesmo se o senhor conhecesse cada uma delas não vai ter coragem de chegar lá e dizer: — «A senhora tem que pagar o imposto de casa», porque é com esse dinheiro do imposto que ela vai comprar pão para o seu filho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças... e Cooperação Internacional.

*Risos.*

Esta parte é que o Sr. Ministro mais gosta.

*Risos.*

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, é só para agradecer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ângela Viegas pelo esclarecimento e pela contribuição que trouxe.

Uma parte da intervenção da Sr. <sup>a</sup>. Deputada é que é a parte que eu mais gosto e vou reforçar. São instituições a mais para a nossa capacidade contributiva. Aquilo que arrecadamos não dá para suportar a máquina administrativa que temos.

Se não dá, então temos que pensar. Como é que vamos fazer? Temos que reduzir a máquina administrativa para que nossa a cobrança sirva para realmente fazer funcionar a máquina. Aumentar os impostos não é possível!

Não podemos aumentar as contribuições para fazer face a essas máquinas. Então o que temos que fazer é reduzir as instituições e torná-las efectivas, para que as suas realizações contribuam, realmente, para as actividades do Estado, de uma forma geral.

E como também disse a Sr. <sup>a</sup>. Deputada, essa a questão levantada pelo Sr. Deputado sobre a contribuição predial é uma cobrança marginal e os custos de descentralização dessa cobrança superam o valor do imposto.

Portanto, são todas as coisas que é preciso analisarmos com cuidado e, como disse e bem, não é uma questão deste Governo nem de um grupo parlamentar, é questão de todos os representantes do povo, que devemos discutir profundamente e chegarmos a uma conclusão de como lidarmos com isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Ministro, estou plenamente de acordo com o que disse quando falou da cobrança de impostos. Não me referia apenas a cobrança de impostos, mas já agora que há a questão de redimensionamento da nossa capacidade, acho que há uma matéria que deveria ficar, desde já, com a incumbência do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização, que é a nova divisão política - administrativa.

Isto é extremamente importante porque depois de um debate ao nível nacional ficaríamos a saber se deveríamos ter 1, 2, 3, ou meia câmara. Essa nova divisão política - administrativa é extremamente importante. E não há nada aqui que faça menção a esse respeito e seria bom que,...

O Sr. **Presidente**: — Não obstante a pertinência da questão, o Sr. Deputado compreenderá que isso foge ao âmbito de uma discussão orçamental, propriamente dita.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização**: — Essa questão da nova divisão política - administrativa do País é uma questão que encontrei no Ministério. Há um decreto governamental que criou um grupo de trabalho há muito tempo para apresentar o estudo sobre a nova divisão política - administrativa.

Esse grupo de trabalho era constituído por são-tomenses que têm uma certa experiência nessa área e nenhum governo teve coragem de pegar nesse estudo e avançar porque só o custo de estudo era cerca de 1 milhão e meio de dólares.

Portanto, nenhum governo ia conseguir pegar naquilo porque era salário de 3 000 dólares mensais por cada elemento do grupo. Não se concluiu estudo, porque nenhum governo conseguiu suportar o tal estudo. Essa questão de nova divisão política - administrativa, acho que todos os governos que passaram, tiveram vontade de o fazer.

Mas aqui temos, isso eu vou dizer, é o sentimento que me vem na alma. Acho que todos somos são-tomenses e, muitas vezes, há muita nossa gente que se licenciou à custa de Estado e do sacrifício de povo e hoje, infelizmente, para prestar um serviço, se não se pagar não há trabalho nenhum. Isso é o real que temos. Temos um estudo no Ministério, encontrei lá, e o valor só para o estudo era de 1 milhão e tal de dólares.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — *Uma proposta para o estudo...*

Não havia nem há a possibilidade de introduzirmos esse estudo.

O Sr. **Presidente**: — Meus caros, julgo que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização deve dar-se por satisfeito. É um ministério apaixonante, com questões transversais que briga com a nossa existência, enquanto Nação e enquanto nosso espaço territorial, a sua gestão. Daí que acho que foram feitas imensas reflexões. Logicamente, essas reflexões não encontram total cabimento aqui na discussão na especialidade do orçamento atinente ao seu sector bem como os órgãos do poder regional e autárquico, todavia, nós vamos, como fizemos relativamente aos outros sectores, tenho anotadas aqui duas recomendações, sendo uma primeira que vai no sentido de actualização das normas legais no intuito de maior harmonização, tais como: Lei - Quadro das Autarquias, Lei de SAFE e das Finanças Locais. A segunda recomendação é para que haja maior colaboração e concertação entre o poder central, local e outros poderes.

Estas duas recomendações para constar no nosso relatório final que vai ser apresentado.

Relativamente ao assunto relacionado com as Câmaras de Caué e de Mé-Zóchi, pediria aos Srs. Deputados que levantaram essas questões, que nesses contactos nos pudessem trazer umas peças formais dessas duas instituições. Eu agradecia para que depois não tivessem reclamações.

Se pudessem se fazer acompanhar dessas sugestões de valores e com uma nota das respectivas câmaras, seria de toda utilidade ou se os Srs. Deputados não conseguirem essas notas que apresentem as vossas propostas, por escrito. Talvez fosse melhor.

Se não, também no calor de debate, encontraríamos, mas se pudessem encontrá-las seria melhor para que amanhã as próprias câmaras não reclamassem, dizendo que não foram esses valores. Se não há mais questões, declaro terminada a reunião.

*Encerrou-se a reunião às 12 horas e 10 minutos.*